

OUVINDO AS CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS

FABIANA DE OLIVEIRA⁶⁶

NATÁLIA APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS⁶⁷

RESUMO

A presente reflexão tratou-se de uma pesquisa qualitativa que buscou compreender a relação das crianças de uma instituição de educação infantil com os espaços públicos da cidade, tendo como referencial teórico os Estudos Sociais da Infância. As crianças demonstraram que precisam de mais opções de lazer e de eventos gratuitos voltados para o público infantil, visando sua retirada de um confinamento que lhe possibilita ocupar somente os espaços da casa, da escola e do shopping.

Palavras-chave: crianças; educação infantil; espaços públicos; estudos da infância.

HEARING CHILDREN FROM CHILD EDUCATION ABOUT PUBLIC SPACES

ABSTRACT

The present reflection was a qualitative research that sought to understand the relationship of children in an early childhood education institution with public spaces in the city, having as a theoretical reference the Social Studies of Childhood. Children demonstrated that they need more leisure options and free events aimed at children, aiming at removing them from a confinement that allows them to occupy only the spaces of the home, school and shopping.

Keywords: children; child education; public spaces; childhood studies.

⁶⁶ Pedagoga com Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e estágio de doutoramento realizado no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (Braga/PT). Pós-Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Docente do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e associada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas, UNIFAL - Brasil.

⁶⁷ Formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da mesma instituição, UNIFAL - Brasil.

ESCUCHAR A LOS NIÑOS DE EDUCACIÓN INFANTIL SOBRE LOS ESPACIOS PÚBLICOS

RESUMEN

Esta reflexión fue una investigación cualitativa que buscó comprender la relación de los niños de una institución de educación infantil con los espacios públicos de la ciudad, teniendo como marco teórico los Estudios Sociales de la Infancia. Los niños demostraron que necesitan más opciones de ocio y eventos gratuitos dirigidos a los niños, con el objetivo de sacarlos de un encierro que les permita ocupar únicamente los espacios del hogar, la escuela y las compras.

Palabras clave: niños; educación infantil; espacios públicos; estudios de infancia.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se situa no campo da investigação sociológica desenvolvida em uma instituição de educação infantil com crianças de quatro e cinco anos de idade acerca de suas concepções sobre os espaços públicos da cidade na qual residem no Sul de Minas Gerais.

De acordo com Sarmiento (2018) a investigação sociológica envolvendo as crianças e o estudo do espaço urbano passou por uma profunda renovação no plano internacional a partir de três fatores, em específico, sendo o desenvolvimento dos Estudos da Infância (*Childhood Studies*), particularmente a área da Sociologia da Infância; a cidade sendo reconhecida como um lócus privilegiado de investigação nas Ciências Sociais e, por fim, a possibilidade de se construir um estudo acerca das cidades, tendo as crianças como interlocutoras.

Compreendemos que as possibilidades de participação das crianças na cidade é um compromisso político e social a partir do qual é preciso reconfigurar o papel da criança nesse espaço de vivência, pois de acordo com Christensen e Obrein deve-se

1) incluir as crianças no debate diz respeito a entender a vida das cidades a partir do ponto de vista delas: 2) justapor conexões entre lar, vizinhança, comunidade e cidade, o que diz respeito à interação contínua de redes de relações, lugares e espaços para crianças e adultos; 3) promover o engajamento das crianças em processos de mudanças da cidade e compreender saber como crianças veem a cidade que, por sua vez, poderão ser transformadas a partir de uma quadro sensível às crianças (CHRISTENSEN & OBREIN, 2003, p.1, apud MULLER e NUNES, 2014, p.661).

Pensar nas crianças nesse novo cenário é também pensar na construção de cidade, como uma relação proveitosa e prazerosa não somente para o adulto, mas também para a criança que até então era vista como sujeito passivo, sendo que essas concepções

Consideram a infância uma questão gerível exclusivamente no interior da família e refletem políticas protecionistas, conduzidas predominantemente na ausência da participação das crianças, com reforço do poder adulto e subordinação das crianças (TOMÁS, 2007, p. 47-48).

Por serem consideradas indefesas e imaturas, as crianças foram excluídas de participarem, de opinarem a respeito de assuntos que também as afetam. Contudo, a partir de pesquisas realizadas, as crianças começam a ser vistas como um sujeito de conhecimento dotado de desejos e de possibilidades. As concepções que temos sobre as crianças são fatores que interferem significativamente sobre sua participação e usufruto da vida coletiva. Mudanças nessas concepções, embasadas na Sociologia da infância, trazem novas possibilidades de se perceber a criança e a infância caminhando para que sejam reconhecidas e para que, gradativamente, suas vozes sejam de fato ouvidas e consideradas, pois “o caráter relativamente secundário, da participação infantil nos espaços públicos, não elimina, antes ao contrário, a sua importância e significado” (SARMENTO, FERNANDES e TOMÁS, 2007, p.191).

Assim, é somente por meio da participação que as crianças podem ser consideradas como sujeitos plenos, pois “a participação apresenta-se, então,

como condição absoluta para tornar-se efetivo o discurso que promove direitos e, assim, a promoção dos direitos de participação assume-se como um imperativo para concretizar a criança como sujeitos de direitos” (TOMÁS,2007, p.51). Nesse sentido,

Até pouco tempo importava, sobretudo, saber o que os adultos tinham a dizer ou oferecer às crianças. A partir da promulgação da Convenção dos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente, o respeito às vozes das crianças e aos pontos de vista infanto-juvenis passaram a demandar, cada vez mais, mudanças em discursos e práticas coerentes com importante impacto sobre a pesquisa e a produção acadêmica (PORTO e RIZZINI, 2017, p. 300).

Essa participação deve estar presente na vida social da cidade, pois esta contém uma quantidade de pessoas, com características próprias e faixas etárias diferentes. Assim Muller e Nunes (2014)

Definem cidade como: [...] um aglomerado de pessoas e de culturas, ressaltando assim num entranhamento de tipos humanos e sociais. Há que se acrescentar ainda que grandes números populacionais terminam gerando uma maior variedade de tipos individuais, inclusive de diferentes faixas etárias (p. 667).

Dessa maneira, é necessário pensar na construção das cidades a partir das e com as crianças, rompendo com a ideia de incompetência de sua parte. Diante disso, Muller e Nunes (2014) ressaltam que as “cidades foram criadas pelos adultos, de modo que suas necessidades fossem supridas” (p.668). Assim, pensar nas cidades para as crianças está muito além da ocupação de um espaço em meio a um aglomerado de pessoas. É pensar nos modos como as crianças se relacionam nesses espaços, como esse espaço urbano contribui para formação da individualidade desses sujeitos e de seu processo de socialização e de interação.

Essa discussão é ainda mais pertinente e profunda, quando pensamos que na cidade as crianças ocupam um espaço como se fossem simples objeto de decoração, ou até mesmo um objeto desprezível que não combina com a

decoreção da cidade, pois muitas perdem “seu status e a presença urbana” (AITKEN,2014, p.679), uma vez que, quando estão nessa situação, as oportunidades e direitos que são asseguradas a todo cidadão comum, desaparecem.

Nessa relação de poder e luta pelo espaço, quem está mais vulnerável tende a ocupar espaços menos elitizados. Como afirma Harvey (2012) “progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesses quase privados” (p. 86).

Nesse sentido ocupar a cidade, está intrinsecamente ligado ao poder de adquirir o que pode ser comprado, escolhido e dominado por quem tem mais. Numa constante em que há transformações desses espaços, mudam não somente as cidades, mas os estilos de vida e a qualidade dessa vida urbana tendem a tornarem-se mercadoria, “assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram o principal aspecto da economia política urbana” (HARVEY, 2012, p. 81).

Dessa forma “a organização espacial da cidade tem por trás uma lógica temporal, que se refere a variações entre o construído lentamente e o construído com rupturas” (PEREIRA,2019, p.137). Nessa lógica a cidade é constituída como um campo de disputa, onde as diferenças e indiferenças são declaradas. Os centros das cidades tornam-se privados, as casas mais caras localizam-se em bons bairros e, assim, as pessoas vão deixando de ocupar o que deveria ser de todos e ocupam o que sobrou. Se até os adultos são vítimas dessas privações, por que as crianças não seriam?

Por isso, ressalta-se a importância desta pesquisa para o âmbito político e social, pois se começa a reconfigurar o papel da criança como ser de direito em um sentido pleno, não apenas destinado a ocupar instituições formais, como a escola, como se fosse um local específico para ela, mas abrindo espaço para frequentar outros espaços públicos como é garantido em leis.

De acordo com o Art. 15, do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) fica claro que: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos nas Constituições e nas leis.”

E no Art. 16, especifica o direito à liberdade “compreendendo os seguintes aspectos:

- I- Ir e vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III- crença e culto religioso;
- IV- brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V- participar da vida familiar e comunitária sem discriminação;
- VI- participar da vida política, na forma da lei.” (BRASIL,1990).

Desta forma, Tomás (2007) questiona se a sociedade adulta está preparada para receber e para considerar a criança como possuidora desses direitos. Questiona também se a criança de fato conquistou o direito de participação, pois “a participação apresenta-se, então, como condição absoluta para tornar-se efetivo o discurso que promova direitos e, assim, a promoção dos direitos de participação assume-se como um imperativo para concretizar a criança como sujeito de direitos.” (p.51).

Essa reivindicação de cidadania exercida pela criança configura-se pela busca do seu espaço na cidade, para que possa crescer, desfrutá-lo e reinventá-lo. Aqui inicia-se uma longa discussão na qual a criança, mesmo estando na cidade, passa muitas vezes despercebida ou apagada, como nos mostra Aitken (2014).

Essa questão da negatividade em relação a sua ocupação no espaço e tempo remete “à noção de uma infância percebida como sujeitos “atopos”, ou seja, de lugar nenhum como sujeitos “a-temporais” de tempo nenhum.” (LOPES, 2008, p.74). Dessa forma, é importante considerar que tipo de relação e de

sentimentos cada criança traz ao habitar determinado espaço, como participa da formação desse espaço e é formada por ele.

Claramente, ao projetar os espaços para a cidade, é importante que os profissionais considerem todos esses aspectos, e mais, que possam contar também com um grupo de crianças que possam auxiliar nesses projetos, num diálogo respeitoso, pois elas muito nos têm a dizer sobre possíveis melhorias nos espaços públicos para que, assim, possam ser mais acolhidas pela cidade onde vivem.

As crianças são parte da cidade e dos espaços que habitam, elas constroem uma relação entre o que é construído e vivido, abrindo novas possibilidades, apropriando e trazendo novos significados, ao passo que “é a evolução da própria forma urbana e sua apropriação ativa pelas pessoas que propõe a ética de uma cidade aberta” (PEREIRA,2019, p.138). Essa apropriação ativa das crianças, é capaz de romper as barreiras, promovendo a sociabilidade de todos. E é por isso que pensar a cidadania da infância é muito mais que uma necessidade, é um direito que todas têm e é a partir delas, que outros grupos como, por exemplo, os idosos podem também habitar diversos espaços.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida trata-se uma pesquisa qualitativa e de cunho descritiva-interpretativa. Esse tipo de pesquisa ressalta aspectos descritivos e, ao mesmo tempo, não exclui elementos quantitativos, caso seja necessário, mas opta pela escolha qualitativa, por buscar interpretação do processo de investigação como uma forma de conhecimento a ser construído, sendo isso uma das características evidentes nas pesquisas em ciências humanas.

A pesquisa foi realizada com quatro crianças de quatro e cinco anos de idade em uma instituição de educação infantil privada localizada no Sul de Minas Gerais. Para o desenvolvimento do estudo, se fez necessário a escolha de métodos apropriados, para que as crianças possam partilhar opiniões. Assim

A tarefa do pesquisador se constitui na necessidade de proceder por meio de métodos e técnicas que reconstruam, ou melhor, permitam co-construir os significados e conhecimentos a partir do diálogo com diversos agentes sociais, sejam estes as crianças, jovens ou adultos, para nos aproximar de sua experiência e sua voz sobre ela (MULLER e NUNES, 2014, p.114).

Da mesma maneira, podemos destacar que “o pesquisador deve usar recursos para a expressão das crianças que sejam adequados à faixa etária e sensíveis a seu ambiente cultural, levando em conta o que chama de ‘moeda local de comunicação’” (MANN e TOLFREE, p.13-14 apud CAMPOS, 2008, p. 38).

Para isso, esta pesquisa trabalhou a partir da perspectiva das narrativas orais infantis, considerando a criança um interlocutor/narrador competente e que pode compartilhar suas experiências e saberes, pois “as crianças criam, elas próprias, o seu mundo e das coisas, um mundo pequeno dentro do grande mundo” (BENJAMIM, 1992, p. 46). Ou seja, as crianças recriam e produzem sentidos a partir dos materiais e dos artefatos do mundo dos adultos que lhes é transmitido e, a partir de sua agência, os reelaboram. Nesse sentido, isso podemos encontrar em suas narrativas.

De acordo com Hartmann (2013), ainda são poucas as produções que tomam as crianças como narradoras apesar de não ser algo novo, mas que vem despontando em algumas áreas como

O crescimento do campo da antropologia da criança, da sociologia da infância e dos estudos da infância na educação, embora ainda não tenha modificado substancialmente esse quadro, já começa a delinear um caminho fértil de investigação (HARTMANN, 2013, p.53).

Associado às narrativas por meio de conversas dialogadas com a pesquisadora, foram desenvolvidas atividades por intermédio de oficinas que culminaram na construção de uma maquete sobre o tema da pesquisa (espaços públicos) como uma forma de adaptar os recursos à idade das crianças

participantes e como uma forma de expressarem melhor seus anseios. A utilização desses instrumentos metodológicos poderá ser conhecida no próximo item da discussão a partir da apresentação dos dados.

Considerando as questões éticas da pesquisa, tivemos aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de nossa instituição, bem como a autorização da instituição, dos pais e das próprias crianças que também receberam um termo de assentimento elaborado especificamente para elas e aquelas que desejaram participar assinaram o termo. Nesse sentido, somente trouxemos dados quando tivemos a autorização das crianças e de seus pais.

O consentimento de crianças menores de 10 anos não é exigido, mas acreditamos que essa seria mais uma forma de incluí-las na pesquisa e de respeitá-las. Tal ato reforça o apontamento de Corsaro, ao salientar que “se a criança tiver até 10 anos, sua assinatura não é solicitada, embora eu acredite que o consentimento da criança é uma etapa necessária, independentemente da idade” (CORSARO, 2011, p.70). Essa foi mais uma das formas de respeitar a identidade das crianças e de colocá-las como participantes ativas.

Muitas são as pesquisas que envolvem as crianças, mas de maneira mais indireta: as crianças apenas respondem a algumas questões. Envolver as crianças como participantes e copesquisadoras é dar a elas um papel de respeito e de colaboração, num ouvir constante.

Quando foi mencionada às crianças a importância da escolha de um nome fictício, elas demonstraram estranheza e alegaram que já possuíam um nome. Então, lhes foi explicado que esse nome não poderia aparecer para respeitar o sigilo de que se tratava no termo de assentimento que elas e seus pais assinaram. Diante disso, a ideia de sigilo foi associada ao uso de um nome secreto. Então, um dos meninos logo se animou, escolhendo seu nome e esse se referia a um personagem de um desenho animado chamado de “heróis do pijama”. O nome dele então ficou “Lagartixo”, pois disse gostar desse personagem e se identificar com ele.

Já outra criança, ficou em dúvida sobre o nome a ser escolhido, uma vez que ela também gostava da “Corujita”, uma personagem do mesmo desenho de Lagartixo, mas escolheu ser a “Mulher Gato”, porque alguém de sua família há pouco tempo havia se fantasiado e ficado muito bonita e ela gostaria de se sentir assim. E assim procedeu-se com todas as crianças para a escolha dos seus nomes.

Junto ao processo de escolha dos nomes, elaboraram-se também os crachás que as crianças usariam durante os momentos da pesquisa, mas elas também desejaram outro elemento que as caracterizariam como pesquisadoras e pediram que se fizesse também um chapéu para cada uma.

AS CRIANÇAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR OS ESPAÇOS PÚBLICOS

No início da pesquisa, buscamos conhecer as crianças e os espaços utilizados para brincar. As crianças demonstraram frequentar alguns espaços públicos na cidade onde ocorreu a pesquisa. Todas citaram a praça central e, em algumas respostas, citaram também a escola, os parquinhos e as lojas. Em seguida, lhes foi perguntado sobre quais os dias da semana elas frequentavam esses locais, mas, não conseguiam identificar a diferença entre os dias da semana e os dias de finais de semana, foi preciso reforçar a pergunta, fazendo uma associação de que, em finais de semana, elas não teriam aula e em dias da semana elas teriam aula. E assim fizemos a conversa:

Quais são os dias da semana, que você frequenta esses locais?

Homem Gato: Vou quando não tem aula.

Mulher Gato: Quando não tem aula. Às vezes, vou quando tem aula.

Lagartixo: Eu vou quando não tem aula e quando tem, eu vou mais à noite do que de dia.

Cozinheiro G.: Quando tem aula, vou à noite. Quando não tem, vou à noite e de dia. (Entrevista semiestruturada em 06/10/2017).

Nesses relatos, podemos constatar que o tempo fora da escola define o tempo livre das crianças, sendo que:

O tempo urbano da infância, determinando quanto tempo irá “sobrar” para entrarem em contato e se relacionarem com a cidade. Os horários de entrada e saída das escolas, ditados pelos toques das sirenes escolares, controlam os processos de enchimento e esvaziamento de crianças pelas ruas que, diariamente, transitam pelos espaços citadinos em seus percursos entre casa-escola e escola-casa (NASCIMENTO, 2009, p. 77).

Como podemos perceber, o tempo para estar na cidade é muito limitado. Esse tempo é ainda menor quando as crianças possuem atividades extraescolares, mas esse não foi caso das crianças entrevistadas, o que pode aumentar um pouco mais as chances de uso desses espaços. Em seguida, buscamos saber o local preferido dessas crianças e obtivemos as seguintes respostas:

Dos lugares que você frequenta, qual o seu preferido e por quê?

Homem Gato: Da praça porque gosto de brincar no pula-pula.

Mulher Gato: Da praça. Porque ela tem o tobogã do homem aranha, ele tem 2 escadas e também gosto do tobogã do Bem 10.

Lagartixo: Da praça, porque lá tem muitas coisas que gosto pula-pula e posso comer algodão doce.

Cozinheiro G: Eu gosto daqui e de outras cidades. Gosto mais da praça porque é divertido. No parque, não é muito divertido porque tem muito xixi e cocô de cachorro e de gente. (Entrevista semiestruturada realizada em 06/10/2017).

A praça tem sido um dos locais de destaque para as crianças, pois é um dos locais que possuem uma oferta de maior número de brinquedos, existem também muitas lojas de comércio, sendo um dos principais momentos de lazer entre pais e filhos na cidade.

A rua não é mais o lugar de brincar como pode ser verificado pela fala das crianças:

Mulher gato: Uai, eu posso brincar na rua, quando meu pai tá junto.

Lagartixo: *É difícil andar de bicicleta na rua, porque passa muito carro e sempre que passa carro tem que ir pro cantinho, quando eu vou andar de bicicleta na rua, meu pai sempre pede pra eu ir no cantinho (Mulher Gato, 5 anos, Lagartixo, 5 anos, relato da transcrição de pesquisa em 08/10/17).*

Relatos como esses demonstram que as crianças hoje não ocupam a rua como antes. O medo de algo ruim acontecer e o crescente uso de carros nesse local vêm trazendo muita insegurança. Além da insegurança em relação ao carro, pelo medo de serem atropeladas, pois

O tráfego, incluindo que os efeitos da poluição, representam um risco simplesmente por sua presença e pelo fato aumentado – com consequências para a vida e a saúde das crianças. Ao mesmo tempo, o tráfego é também uma ameaça, ao direito de ir e vir das crianças e a seu acesso legítimo às áreas urbanas - onde elas, de fato, vivem como cidadãs (QVORTRUP, 2015, p. 24).

A não ocupação da rua leva a questionar sobre quem é seu dono, sendo que, atualmente, “já existem áreas da cidade onde os limites são impostos e onde ‘lombadas’ irritantes forçam os motoristas a diminuir a velocidade – talvez mais por cuidados com seus carros do que por preocupação com as crianças na rua. Mas em geral, o dono da rua não é a criança, e sim o carro” (QVORTRUP, 2015, p. 25).

Quando as crianças perdem esse direito de ocupá-la, compromete-se também a ocupação de outros espaços, pois tem-se enraizado que as crianças precisam de locais específicos para que sejam sempre protegidas. Aqui o discurso de proteção parece ser visto como positivo. Os “pais, políticos, jornalistas e cidadãos comuns parecem estar sugerindo que as crianças estão ganhando pelo fato de serem excluídas – já que a exclusão significa uma forma de proteção de suas vidas e de seus corpos vulneráveis” (QVORTRUP, 2015, p. 24).

Em seguida à conversa com as crianças sobre brincar na rua, apresentamos um vídeo com o objetivo de discutir o que seja “participação”, com

o intuito de elas compreenderem a importância da sua participação no planejamento da cidade. Assim, apresentou-se um vídeo do Cecip⁶⁸, referente ao 1º Seminário denominado “A criança e sua participação da cidade”, após o vídeo, começamos a discutir sobre participação e as crianças mostraram que compreenderam o conceito como pode ser verificado em suas falas:

Pesquisadora: *O que é participar, gente?*

Mulher Gato: *É participar de qualquer coisa.*

Lagartixo: *É quando a gente quer muito participar, igual a participar de algum aniversário” (relato do diário de pesquisa, Mulher gato, 5 anos e Lagartixo, 5 anos, em 08/10/17).*

E ainda Mulher Gato e Homem Gato afirmaram:

Homem Gato: *Participar é não ficar calada!*

Mulher Gato: *Participar é igual uma reunião de mães, de crianças não parece isso? (Homem Gato, 4 anos, Mulher Gato, 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 08/10/17).*

Dessa forma, as crianças compreenderam que participar é fazer parte de alguma coisa, é falar sobre o que pensam. Lagartixo faz uma relação com uma festa de aniversário e Mulher Gato faz uma correlação com a reunião de pais que estariam fazendo parte de alguma coisa. Quando Homem Gato diz que “participar é não ficar calado”, ele compreende que as crianças precisam falar, precisam opinar, para participar de fato.

Continuando a discussão, as crianças ainda relataram que:

Pesquisadora: *Então, a criança precisa ajudar a pensar na cidade por quê?*

Mulher Gato: *Porque senão não vai ter onde mais lugar pra ela se divertir.*

Lagartixo: *Porque senão as crianças vão morar em outra cidade.*

Pesquisadora: *Isso, se não tiver espaços pra crianças na cidade, os pais e as crianças vão querer ficar na cidade?*

⁶⁸ CECIP: Centro de Criação de Imagem Popular.

Lagartixo: Não, eles vão decidir mudar de cidade, até eu acho se acontecesse isso, eu queria mudar de cidade.

Mulher Gato: Eu queria mudar de cidade porque não tem nenhum parque.

Pesquisadora: Não é fácil, porque a gente acostuma na cidade, depois vem pra outra que não tem nada pra criança.

Mulher Gato: Seria muito melhor se ele tivesse pensado num parque divertido antes, porque assim as crianças não precisam pedir.

Pesquisadora: Isso, se tivessem pensado antes, eu não precisaria estar fazendo essa pesquisa.

Lagartixo: É, mas precisa porque não tem parque tão divertido quanto o nosso. (Lagartixo 5 anos; Mulher Gato 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 05/12/2017).

Fica evidente que as crianças percebem o modo como são tratadas pela cidade. Quando Mulher Gato menciona “que as crianças não precisam pedir”, demonstra que a cidade não foi projetada pensando nas crianças e não ter um parque que atenda suas necessidades e mais espaços de lazer com eventos voltados para o público infantil, traz uma vontade de mudar para uma cidade que as respeite como cidadãs, fato que ainda não acontece em muitas cidades, devido à idade que possuem, devido ao descrédito dado ao que falam. Contudo, é importante que compreendam que, como habitantes, elas são também produtoras de culturas e atores sociais e é necessário entender que

Não é pelo fato delas falarem diferente do adulto, utilizarem meios de expressões e linguagens que lhes são próprias, que devem ser consideradas inaptas a participar e contribuir com a cidade. Pelo contrário, por trazerem sua diferença e um outro ponto de vista, são capazes de apontar uma outra perspectiva, de ver a cidade muitas vezes oculta aos olhos dos adultos (NASCIMENTO, 2009, p.181).

Sendo assim, a cidade pode ter uma nova cara, pode ser mais colorida, mais bonita, mais cheia de vida, mais receptiva e mais vivida por todas as gerações quando as crianças são contribuintes ativas, demonstrando toda sua sutileza no criar e, ao mesmo tempo, possibilitando maneiras para que as crianças possam conhecer mais a própria cidade em que vivem.

Ao iniciarmos a pesquisa, foram relatadas às crianças todas as etapas a serem realizadas. A criação da maquete de um parque foi uma novidade encarada com muito entusiasmo. Logo no início, fizemos uma roda para saber se as crianças conheciam os parques e suas características. A maioria dos parques conhecidos mencionados pelas crianças eram os parques da própria cidade, próximos aos bairros em que moravam ou o parque da escola em que estudavam.

A partir dessa conversa, percebi que as crianças conheciam bem os parques e começamos a discutir sobre nossa maquete. As crianças ficaram eufóricas e logo nesse início de conversa, já começaram a mencionar o que queriam para seu parque como podemos verificar a seguir:

Lagartixo – 5 anos - *No nosso parque que o pedreiro vai fazer, não precisa ter animais, precisa? É que eu acho que nenhum parque é igual, eu já fui em alguns parques e não conheço nenhum parque a não ser o CLT, então eu não sei se pode ter.*

Mulher Gato – 5 anos - *Que tal ser brinquedinhos de plásticos, bichinho de plástico não precisa ser de verdade, ou pode caçar crianças, acabar comendo.*

Cozinheiro G – 5 anos - *Ter brinquedinhos daqueles que dá pra entrar, eu não conheço muito, mas pode ser.*

Homem Gato – 5 anos - *Pode ter no nosso parque aquele brinquedo, vai ser bem divertido, tem uma escadinha que tem uma ponte, daí a pessoa dá uma roladinha, a pessoa passa pelo túnel e tem o escorregador (Lagartixo, 5 anos. Mulher Gato, 5 anos. Cozinheiro G. 4 anos, relato retirado da transcrição da pesquisa, realizado em 28/11/2017).*

Mais uma evidência de que as crianças sentem falta de contato com a natureza é quando Lagartixo fala em animais. Ele demonstra um desejo, mas que não é comum e por isso demonstra dúvida se podem ou não existir animais no parque. E Mulher Gato traz uma solução, caso não possa ter animais de verdade, propõe “brinquedinhos” de animais.

Nessa conversa, as crianças expressam o quanto o brincar é prazeroso e traz a questão do divertimento, algo que parece pouco comum nos parques

atuais. Mesmo quando Mulher Gato relata o brinquedo com escadinha, que não é tão incomum, ela explica que “a pessoa dá uma roladinha”, quando na projeção do adulto essa ponte foi feita para a criança andar e chegar ao túnel, mas a apropriação de Mulher Gato é diferente.

Lagartixo também expressa: “Eu gosto de brincar na praça, finjo que os bancos são uma ponte” (Lagartixo, 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 08/11/2017). Assim, podemos dizer que

Do ponto de vista infantil, o valor de um ambiente está relacionado a quanto de brincadeira ele proporciona. Para oferecer uma variedade de opções para brincar, agradando os diversos interesses das crianças, não devem ser equipamentos prontos e brinquedos realistas (SAGER et. al., 2003 apud ABREU, 2016, p. 72).

E ainda cabe pensar na elaboração desses espaços para

Permitir a liberdade de movimentos e primar pela segurança, ter flexibilidade para alterações de uso, considerando imprevistos, e despreensão para assumir uma falta de definição do uso, ter uma área indefinida, que permita ser preenchida de acordo com a criatividade infantil (ABREU, 2016, p. 67).

Em meio a toda a conversa, as crianças foram sugerindo itens para o parque e, quando aparecia algum impedimento na projeção do parque, elas conseguiam trazer uma solução como nesses relatos:

Lagartixo: “Eu pensei em mais um brinquedo para o parque, pode ter o carrinho de batida no parque, não pode?”

Pesquisadora: “Só que a gente tem que pensar no que vai ser feito, como o prefeito não vai gastar muito tem que ser mais barato, tem que ser de madeira, tem como fazer o carrinho de bate-bate de madeira? Talvez dá! Mas tem que ver se ele aceita”.

Lagartixo: “É mas, não vai dar pra dirigir com carrinho de madeira, vai ter que ir pedalando e vai cansar a perna e vai bater mais levinho, tem que ser mais complexo”.

Mulher Gato: Se a pessoa cansar de pedalar, vai ter um turbo, um ímã soltando e empurrando e o carro vai deslizando, quando o ímã vai soltando e bater”.

Cozinheiro G: Pode colocar pilha no carrinho de bate-bate.

Lagartixo: “Boa ideia!”

(Lagartixo, 5 anos. Mulher Gato, 5 anos. Cozinheiro G. 4 anos, relato retirado da transcrição da pesquisa, realizado em 28/11/2017).

Quando Lagartixo menciona que “não vai dar pra andar num carrinho de madeira”, demonstra que um carrinho de bate-bate é diferente e talvez essa não seria a melhor maneira, pois traria um esforço para a criança usá-lo e até mesmo o risco de bater a perna. Lagartixo ainda afirma que precisa ser mais complexo, demonstrando que um carrinho de madeira talvez não fosse tão apropriado para isso.

Já Mulher Gato, vem trazendo uma solução que seria colocar um turbo, um ímã, para que o carrinho pudesse deslizar em vez de a criança pedalar. Ao final, o uso da pilha, elemento muito comum nos brinquedos, proposta feita pelo Cozinheiro, pareceu atender às ideias do grupo e o assunto se encerra, com um grito de: “boa ideia!” de Lagartixo.

Esse relato expressa que as crianças são capazes de criar e de recriar ideias para conquistar seus objetivos e é nessa perspectiva que devem ser vistas. Ainda sobre a criação do parque e suas regras, as crianças pensaram na segurança do parque de uma maneira muito interessante:

Pesquisadora: *Então o parque será pra todo mundo?*

Mulher Gato: *Sim, menos pra ladrões!*

Lagartixo: *Eu pensei numa ótima ideia, e se lá tiver guardas, quando a Mulher Gato falou menos criminosos, isso me deu uma ideia, o único jeito é usando guardas!*

Mulher Gato: *E se os guardas cansarem? Eu pensei numa ótima ideia, posso falar? Eu pensei assim, tem um portão com grade, aí também tem uma escada, põe uma placa: proibido ladrões, aí os ladrões não entram.*

Lagartixo: *Deixa eu falar e se tiver uma grade grandona, aí os ladrões não conseguem pular, só eu tenho a chave.*

Mulher Gato: *Mas quando uma pessoa quiser ir vai ser muito difícil. (Lagartixo, 5 anos, Mulher Gato, 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 28/11/2017).*

Na conversa entre Lagartixo e Mulher Gato, eles discutem a questão de segurança no parque. Mulher Gato propõe a placa que, para ela, é algo que as pessoas respeitam. Embora muitos adultos ignorem, para ela, seria suficiente. Contudo, Lagartixo não considera tão eficaz e propõe uma “grade grandona e uso de uma chave que só ele tenha acesso”, mas Mulher Gato discute mostrando a dificuldade de acesso livre ao parque, caso apenas ele fique com a chave. E eles continuam:

Mulher Gato: *A gente podia construir um robô de madeira, que aí, quando um ladrão for pegar a chave, o robô enfrenta*

Lagartixo: *Pode fazer um robô pra vigiar, só o robô pode ter a chave e ele vai perguntar pra todo mundo se é criminoso ou se não é, se não for criminoso, ele não proíbe, se for ele proíbe. Ele pode ter um poder que faz ele saber, se alguma pessoa tiver enganando o robô, ele vai saber se está (Lagartixo, 5 anos. Mulher Gato, 5 anos. Relato da transcrição da pesquisa em 28/11/2017).*

No diálogo, mais uma vez, as crianças vão discutindo entre si, elaborando e reelaborando propostas até chegarem a uma solução. A proposta do robô, que parecia pouco viável é amenizada com a criação de um robô de madeira. O robô seria uma maneira eficaz de evitar ladrões no parque e poderia também atender ao bem-estar das pessoas:

Cozinheiro G: *Aí o robô vai perguntar se tá apertado, ele vai no banheiro, dá comida para as pessoas quando for boa e quando não for ele não dá [...]*

Mulher Gato: *Vai ter bebedouro de água, ter muito cuidado e não jogar lixo, na rua de lá [...]*

Lagartixo: *Se tiver um outro robô lá de limpeza, qual de vocês vai controlar?*

Pesquisadora: *Se não tiver um robô de limpeza, vai ter que ter uma pessoa pra limpar, certo?*

Todos: *Certo. (Cozinheiro G. 4 anos, Mulher Gato, 5 anos, Lagartixo, 5 anos, Homem Gato, 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 28/11/2017).*

Nesse sentido, as crianças possuem um “mundo de faz de conta em que o que é verdadeiro e o que é imaginário se confundem estrategicamente para que a brincadeira valha mesmo a pena” (SARMENTO, 2003, p. 13). Assim, como na brincadeira, o pensamento da criança é dotado de realidade e fantasia, “o real para as crianças é o efeito da segmentação, transposição e recriação feita no ato de interpretação de acontecimentos e situações. O que torna a vida uma aventura continuamente reinvestida de possibilidade” (SARMENTO, 2003, p.13). Por isso, pode-se justificar a incompreensão dos adultos, para com as crianças, pois elas são completas demais, capazes demais e, portanto, incompreendidas por adultos “corretos” demais, vazios de imaginação e de compreensão.

Compreender que as crianças não irão ser, mas já são uma geração competente, é indispensável para chegar mais perto, ouvir atentamente e creditar as vozes que tanto têm a dizer.

De uma maneira única e incomparável, as crianças criam, recriam, argumentam e projetam o que querem. Não é difícil compreendê-las, já que utilizam de todos os meios para se expressarem. O que impossibilita essa participação é a pobre concepção de um adulto sobre criança, que limita suas potencialidades, alegando muitos obstáculos, como os seguintes:

- a) As crianças não devem preocupar-se com responsabilidades inapropriadas e já têm muitos direitos consagrados;
- b) A infância deve ser protegida e a participação fará com que se tornem pequenos adultos, e as crianças devem ser crianças;
- c) Há falta de tempo e recursos financeiros necessários à promoção da participação;
- d) Na participação das crianças reproduzem-se muitas vezes os modelos dos adultos;
- e) Há falta de confiança nas competências infantis;
- f) a linguagem é uma barreira e há falta de competências para falar com as crianças (TOMÁS, 2007, p. 53).

Todas essas justificativas menosprezam as crianças. Há uma falsa proteção por trás desse impedimento, um descrédito nas competências infantis e uma incompreensão da fala dessas crianças, ou até mesmo uma forte vontade de não escutá-las, já que isso exigiria mudanças tanto no ouvir, quanto nas ações

como nas concretizações e essas mudanças são consideradas difíceis demais para quem detém o poder.

Nesse sentido, é coerente destacar o diálogo ocorrido durante a construção do parque, pois, antes de montarmos a maquete, as crianças precisaram pensar no parque e em sua autorização para criá-lo, destacando que o prefeito precisaria falar comigo primeiro, pois, desde o começo da pesquisa, as crianças buscaram saber como poderiam tornar o parque uma realidade. Eu expliquei-lhes que precisaríamos de autorização do prefeito. Vejamos os relatos:

Homem Gato: *Mas o prefeito ainda não falou com você!*

Pesquisadora: *Ainda não falou, mas a gente pode ir bolando a ideia.*

Homem Gato: *Então, se ele falar não, não vai ter parque!*

Pesquisadora: *É verdade!*

Lagartixo: *A gente não vai gostar dele, porque ele acha que as crianças gostam do parque do castelinho, mas não gostam.*

(Homem gato, 4 anos, Lagartixo, 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 28/11/2017).

Após muitas discussões acerca de questões de infraestrutura, de segurança e de lazer, as crianças puderam então realizar o que tanto desejavam que foi a maquete do parque. Elas ressaltaram a importância da grama, das árvores e o lago em que o Lagartixo sugeriu que as pessoas poderiam nadar.

Na maquete, as crianças fizeram um parque “verdinho” que foi obtido a partir de pó de serragem tingido de verde, com árvores ao redor e também queriam a cerca, para evitar ladrões. O lago foi construído com cola e areia azul. Lagartixo ajudou a delimitar o tamanho desse lago e, assim que ficou pronto, procurou dentro da minha sacola uma pessoa (um bonequinho) para colocar no lago, satisfazendo seu desejo de nadar.

O Homem Gato criou um guarda com palitos de picolé, que aparece no canto direito, na horizontal, pintado de verde, pois ele não parava em pé e então resolvemos colocá-lo assim. É interessante que as outras crianças não conseguiram entender muito bem, mas o Homem Gato explicou os detalhes e

assim aceitaram. Ressaltou que o guarda ficaria na entrada, dando uma ênfase à questão da segurança do parque.

A lixeira foi colocada pela Mulher Gato com o objetivo de manter a higiene do parque. Ela também contribuiu colocando um balanço e me direcionando onde colar.

Já o Lagartixo, foi se preocupando com a cerca, me pediu os palitos e começou a colocar. Em meio a isso, o Cozinheiro G. começou a ajudá-lo também. O Lagartixo pediu ajuda para fazer o banco. Eu uso uma cola que eles consideram perigosa, pois é muito forte. Então, ele montou a ideia do banco e pediu para que colasse.

A Mulher Gato pediu ajuda para fazer o escorregador, com palitos azuis, vermelhos e verdes no canto inferior do lado direito, no qual tem um palito verde descendo, representando a parte do escorregador, que as crianças deslizam até o chão, uma representação que me surpreendeu. Lagartixo também cria um balanço, já com barbante representando as cordas e trouxe para que eu colasse. Foi uma representação muito próxima ao real. Fiquei espantada com tanta riqueza de detalhes.

O Cozinheiro G. criou um brinquedo com argila que, segundo ele, não ficou muito parecido com uma gangorra, mas foi o que ele “conseguiu fazer”. Enquanto isso, a Mulher Gato se preocupa com as placas para o nome do parque.

As crianças requereram um parque maior, com área verde, lago, higiene e infraestrutura que funcionasse e propuseram novos elementos e brinquedos como podemos verificar:

Cozinheiro G. Podia ter também, às vezes um fogão de lenha pequenininho, brinquedo de martelo, de madeira. Podia ter tomadinha de barbante.

Mulher Gato: Algumas cordinhas que a gente abria e tinha algumas pedrinhas que não machucavam e a gente cortava punha dentro do portãozinho.

Lagartixo: *Lá na minha casa, eu pensei em mais alguma coisa que podiam ter no parque se der, um negócio de sorvete, é por causa do desenho do Ben 10, vai chamar assim: senhor sorvete e também pode ter uma carinha, não esquecer do canudinho e o canudinho tem algumas cores, pode ser rosa, verde.*

Mulher Gato: *Eu pensei numa máquina de fazer waffle, mas é de mentirinha, põe os palitinhos, põe dentro de uma coisinha, que faz assim, tem uma bombinha que fazemos assim (Faz movimento de abre e fecha com a mão) o ar sai, abre a tampinha e a gente põe os palitinhos dentro, vai fazendo e os palitinhos é infalível, fica tudo enchidinho e sai uma casquinha de brinquedinho. (Cozinheiro G, 4 anos, Mulher Gato, 5 anos, Lagartixo 5 anos, relato da transcrição de pesquisa em 05/12/2017).*

Nessas falas, as crianças não se contentam apenas com o que já projetaram, mas elas pensam em novas possibilidades que só elas são capazes de imaginar, com uma grande riqueza de detalhes e de conhecimento sobre o que estão falando. Ainda podemos concluir que, quando Lagartixo menciona que estava em casa e pensou, ele deixa claro que as crianças estão sempre refletindo sobre o que vivem e buscando maneiras de melhorar essa vivência. Em relação ao parque, podemos concluir que “os equipamentos do parque são sempre vistos por adultos como fixos, estáticos e imutáveis; já pelas crianças, como dinâmico e imutável que a cada dia se transforma, ganhando uma nova função e um novo significado” (NASCIMENTO, 2009, p.83).

Nessa busca pela qualidade de vida Sennet (2018) equipara a cidade com um trabalho artesanal, trazendo para a ela alguns reparos, como a restauração, retificação e reconfiguração, nessa última, tendo a cidade como um sistema aberto, ao qual “a cidade fica livre para evoluir, ela se abre” (Sennet, 2018 p. 323 apud Pereira, 2019, p.137-138).

Nessa lógica, as crianças contribuem, pois refletem e transformam o mundo a sua volta em todo momento. Para elas, nada é igual, tudo pode ser transformado, recriado, um objeto sempre terá “mil e uma utilidades”, uma ideia poderá ser mil vezes reelaborada, sem nenhuma preocupação com erro, pois, para elas, o que importa é tentar significar e experimentar, numa lógica muito

incompreensível para adultos inseguros que precisam ter sempre objetivos concretos e resultados positivos no que realizam.

Diante desse fato, podemos refletir: até que ponto as crianças são levadas à sério na cidade? Uma junção entre escola, cidade e comunidade pode ser feita para viabilizar a participação das crianças e dos demais na construção de espaços na cidade. Assim, políticas públicas necessitam ser criadas para resolver essa questão, a cidade precisa reconhecer a importância das crianças para se tornar de fato uma cidade diferente e

O desafio de construir uma Cidade Educadora vem ao encontro da necessidade de reinventar a cidadania, o modelo de vida em sociedade e as práticas sociais hoje hegemônicas. Por tais razões é que as propostas da Cidade Educadora requerem a ousadia em repensar a educação numa visão ampla: O que é ou poderá ser educativo na cidade? E, igualmente, exige o envolvimento de todas as secretarias municipais num trabalho de planejamento da cidade como um todo: repensar os espaços públicos, rever as políticas sociais, discutir as prioridades com a população e adequar os investimentos a partir dos interesses que emergem da cidadania participativa e do planejamento integrador intersecretarias do poder público municipal (ZITKOSKI, 2017, p. 2).

Repensar esses espaços e rever as políticas é um caminho possível para dar mais prioridade às crianças, a fim de contribuir para uma cidade mais democrática e prazerosa com qualidade de vida para todos. As crianças que participaram dessa pesquisa já entenderam o seu lugar enquanto sujeitos que têm o que dizer sobre a organização dos espaços na cidade:

Pesquisadora: *Então a criança precisa ajudar a pensar na cidade por quê?*

Mulher Gato: *Porque senão não vai ter onde mais lugar pra ela se divertir.*

Lagartixo: *Porque senão as crianças vão morar em outra cidade.*

Mulher Gato: *Eu queria mudar de cidade porque não tem nenhum parque.*

Mulher Gato: *Seria muito melhor se ele tivesse pensado num parque divertido antes, porque assim as crianças não precisam pedir.*

***Lagartixo:** Porque não tem parque tão divertido quanto o nosso (Lagartixo 5 anos; Mulher Gato 5 anos, relato da transcrição da pesquisa em 05/12/2017).*

O que precisamos agora é que os adultos responsáveis por essa participação e ação reconheçam isso também. Por isso, que esta e mais pesquisas precisam acontecer, para que evidenciem e tragam novas formas de perceber e de representar nossas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados coletados, pudemos observar que as crianças apresentaram muitas queixas em relação à cidade, muitas delas relacionadas a espaços já construídos, mas sem a devida manutenção. Há uma forte evidência de que as crianças percebem a ausência de espaços públicos para elas e que a privatização desses espaços tem se tornado cada vez mais frequente e tem sido um dos motivos para que, muitas vezes, elas não usufruam com tanta regularidade desses espaços. Isso acarreta ainda mais o confinamento das crianças, dentro de suas próprias casas.

Essa ausência de espaços surge como um impedimento à presença dessas crianças e sua representação social, ao mesmo tempo em que as encoraja a reivindicarem seus direitos, mostrando que a cidade como está e a forma como elas estão sendo tratadas é insuficiente e desrespeitosa.

Destacamos que as crianças possuem pouco espaço para brincarem e a rua tem se tornado motivo de muita preocupação dos pais. Essa preocupação é transmitida às crianças, fazendo com que elas mesmas se policiem quanto ao uso. Sendo uma questão que merece intervenção social, os pais, muitas vezes, como protetores dos filhos, tendem a concordar com a não ocupação devido à falta de segurança que pode ocasionar acidentes graves e colocar em risco a vida das crianças. Mas essa é uma questão que o poder público precisa rever o quanto antes, trazendo possibilidades como as mencionadas, tanto pelas

crianças, como por estudiosos do assunto, para possibilitar a qualidade de vivenciar esses espaços.

As crianças demonstraram que precisam de mais opções de lazer, de espaços mais específicos, de parques, de brinquedos e de eventos gratuitos voltados para o público infantil. Que necessitam de espaços limpos e com a devida manutenção, realidade bem diferente da que estão vivenciando nos pequenos parques próximos aos seus bairros.

Tudo o que foi mencionando a partir dos dados traz à tona o pouco ou nenhum investimento em áreas para as crianças, demonstrando também a concepção que a cidade tem sobre as crianças e até mesmo sobre as outras gerações, de maneira que a cidade é o reflexo da importância que esses habitantes possuem. Diante desse fato, podemos questionar qual é a importância das crianças nessa cidade na qual foi feita a pesquisa.

Há uma reavaliação a ser feita do modo como a criança está sendo vista. Nesse sentido, uma articulação entre representação política e representação do discurso social e cultural precisa ser construída para que haja políticas públicas embasadas nas vozes das crianças [...] “mesmo quando as disposições institucionais criam um espaço nacional para que a voz das crianças seja ouvida, para que isso realmente ocorra, são necessárias mudanças na maneira como as crianças são vistas” (PROUT, 2010, p. 37).

Essa reestruturação no conceito de criança gera mudanças, tanto no modo como esta passa a ser encarada, como também contribui para uma nova organização política dentro das cidades com a participação das crianças no âmbito político. É importante salientar que isso não diz respeito ao voto, mas sim à expressão das ideias infantis. Novas visões sobre o espaço da cidade e melhorias são pensadas para que as crianças ocupem mais espaços destinados a elas como

O movimento das ‘cidades amigas das crianças’, promovido pela UNICEF, ou outros gerados e desenvolvidos por ONGs, colocaram na

agenda, um pouco por todo lado, a necessidade de reconfigurar as políticas urbanas, considerando o interesse da mobilização das crianças (SARMENTO, 2015, p. 44).

Para a construção de uma cidade educadora, tanto para as crianças como para outras gerações, é necessário entender que a cidade, como qualquer outro espaço informal, influencia e ensina qualquer indivíduo. Por isso, estar em uma cidade que tem como compromisso a cidadania de todos, inclusive das crianças, é extremamente necessário para refletir sobre o que elas são e serão dentro desse espaço.

Assim, “é necessário educar para a vida na cidade, para autonomia da pessoa poder conviver de modo livre e integrado nos diferentes espaços que, por sua própria natureza, têm um potencial educativo: as ruas, as calçadas, praças, bibliotecas, parques, museus e etc” (ZITKOSKI, 2017, p.2-3).

Educar as crianças na cidade é trazer

A participação infantil na vida cidade [...] é reversão da figura da criança excluída da cidade à criança cidadã: ator social dotado de ação influente, com competências políticas não redutíveis às formas liberais de representação, em contextos favoráveis de expressão, comunicação e tomada de decisão (TREVISAN, 2014 apud SARMENTO, 2015, p. 44).

Desse modo, para que essa mudança ocorra, é preciso que diferentes setores sociais se unam em busca dessa mudança, para que a cidade se torne um espaço digno e feliz para qualquer cidadão, independentemente de raça, de idade e de cor, para viver.

Dessa maneira, as crianças estarão mais presentes na cidade, experimentarão a liberdade de ir e vir e a se locomover pelos espaços com mais facilidade, como conhecedoras do espaço urbano que habitam. Reconhecer a presença das crianças nesses espaços é também reconhecer que a cidade é um espaço de aprendizagem e de relações, que só poderá fazer sentido a elas, a partir do momento em que forem efetivados seus direitos.

Assim, ter a criança na cidade implica mudanças necessárias e não menos importantes para que, aos poucos, as outras gerações possam também compreender a força que elas possuem e façam das crianças um exemplo de resistência e de luta e reconheçam a cidade como um reflexo da valorização dos habitantes que nela vivem.

Referências

ABREU, C. M. H. Maia de. **Lugares do brincar na infância urbana: análise do ambiente e do comportamento infantil em áreas de lazer de edifícios residências multifamiliares em Porto Alegre**. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

AITKEN, S. Do apagamento à revolução: O direito da criança à cidadania/ direito à cidade. **Educação e Sociedade**. v. 35, 128, p. 629-996, jul-set. 2014.

BENJAMIM, W. Rua de Sentido Único e Infância em Berlim por volta de 1900. Traduzido por C. M. Rodrigues. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 19 fev.2021.

CAMPOS, Maria. M. Porque é importante ouvir a criança? A participação das crianças pequenas na pesquisa científica. In: _____ CRUZ, S.H. V. (org). **A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.

CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. São Paulo: Artmed, 2011.

HARTMANN, L. Medo e encantamento em narrativas orais contadas por crianças. Cerrados. **Revista de pós-graduação em Literatura**, p. 50-67.2013

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas Sociais, n.29.p. 73-89,jul./dez.2012

- LOPES, Jader J. M. Geografias das crianças, Geografias das infâncias: As contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. **Contexto e Educação**. Editora Unijui, nº 79, p.65-82, jan-jun. 2008.
- MULLER, Fernanda & NUNES, B. F. Infância e cidade: Um campo de estudo e desenvolvimento. **Revista de Ciência da Educação**. vº 35, 128, p. 629-996. jul-set, 2014
- NASCIMENTO, N. B. **A cidade (re) criada pelo imaginário e cultura lúdica: um estudo em Sociologia na Infância**. 2009. Tese (Especialização em Sociologia da Infância). UMinho, 2009.
- PORTO, C. L; RIZZINI, I. Olhares das crianças sobre suas cidades: reflexões sobre aportes metodológicos. **Sociedad e Infancia**. v. 1, p. 299-320, 2017.
- PROUT. A. Participação, políticas e as condições da infância em mudança. In: MULLER, F. **Infância e Perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. (Org.). São Paulo: Cortez, 2010.
- QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.2, p. 631- 643, maio/ago.2010.
- SARMENTO, Manuel. J. **Imaginário e culturas da infância**. Trabalho apresentado na Universidade do Minho, Portugal, em março de 2003.
- SARMENTO, M. J. Uma agenda crítica para os estudos da criança. **Currículo sem fronteiras**, Braga, v. 15, n. 1, p.31-49, jan./abr. 2015.
- _____. Infância e Cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 232-240. Maio-ago. 2018.
- SARMENTO, M. J; FERNANDES, Natália; TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**. Braga: Portugal. n.25, p. 183-206, 2007.
- SENNET, R. Construir e habitar: ética para uma cidade aberta. São Paulo: Record, nº1, 377p. 2018. Resenha de: PEREIRA, C.S.S. **Geographia**, v.21, nº47, p.136-138, set./dez.2019.
- TOMÁS, C. Participação não tem idade: Participação das Crianças e Cidadania da Infância. **Revista Contexto e Educação**, nº 78, Ano 22, p. 45-68, Jul/ Dez. 2007.
- ZITKOSKI, J.J. **Políticas para uma cidade educadora**. UNISINOS, 2017.